



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 24**

**Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação
com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil**

**Waldemiro Alcântara da Silva Neto
Carlos José Caetano Bacha
Mirian Rumenos Piedade Bacchi**

**NEPEC/FACE/UFV
Goiânia – Maio de 2011**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

S586e Silva Neto, Waldemiro Alcântara da.
Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil / Waldemiro Alcântara da Silva Neto, Carlos José Caetano Bacha, Mirian Rumenos Piedade Bacchi. – Goiânia: UFG/NEPEC/FACE, 2011.
24 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas ; n. 24).

Bibliografia.

1. Crédito Rural. 2. Pecuária. 3. Distribuição Regional. I. Bacha, Carlos José Caetano. II. Bacchi, Mirian Rumenos Piedade. III. Título.

CDU: 336.012.23(81)

Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil

Waldemiro Alcântara da Silva Neto^{*}
Universidade Federal de Goiás

Carlos José Caetano Bacha[♦]
ESALQ-USP

Mirian Rumenos Piedade Bacchi[•]
ESALQ-USP

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do financiamento rural para a pecuária - verificando a evolução tanto dos instrumentos considerados tradicionais de crédito rural como dos chamados novos instrumentos de financiamento do agronegócio - e suas relações com o crescimento regional dessa atividade no Brasil. Em específico, analisa-se a composição do crédito rural pecuário no Brasil, de 1969 a 2010, e o compara com a distribuição regional do rebanho, verificando se há relação direta entre essas duas variáveis e observando as tendências de suas distribuições por regiões. Para alcançar estes objetivos, realiza-se a análise interpretativa de dados secundários organizados nas formas de gráficos e tabelas e calculam-se taxas geométricas de crescimento das séries temporais e coeficientes de correlação entre volume de crédito e tamanho dos rebanhos. Os resultados mostram que não há, de modo geral, relação direta e linear entre a distribuição do crédito e a do rebanho entre as regiões geográficas do Brasil e nem do crescimento dessas duas variáveis. Ou seja, as evoluções do rebanho e do crédito são diferentes entre as regiões nos distintos períodos da análise, com destaque para a região Norte. Constata-se também que os novos instrumentos de financiamento do agronegócio, particularmente a cédula de produto rural (CPR), vêm cada vez mais ganhando espaço como alternativa de financiamento aos pecuaristas, apesar de não haver informações completas sobre o seu uso na pecuária.

Palavras-chave: Crédito rural; Pecuária; Distribuição regional

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the evolution of rural finance for livestock - noting the evolution of both instruments are considered traditional rural credit as the so called new financial instruments agribusiness - and their relationships with regional growth of this activity in Brazil. In particular, we analyze the composition of livestock rural credit in Brazil, from 1969 to 2010, and compares it with the regional distribution of the herd, checking if

^{*} Doutor em economia (ESALQ-USP). Professor de economia da FACE-UFMG. E-mail: netoalcan@gmail.com.

[♦] Professor titular da ESALQ-USP. E-mail: cjcbacha@esalq.usp.br

[•] ESALQ-USP

there is a direct relationship between these two variables and observing the trends of their distribution by region. To achieve these objectives, we perform an interpretative analysis of secondary data organized in the form of graphs and tables and to calculate rates of growth in geometric series and coefficients of correlation between credit volume and size of herds. The results show that there is, in general, direct, linear relationship between the distribution of credit and the flock among the geographical regions of Brazil, nor the growth of these two variables. That is, the evolution of the flock and credit are different between regions in different periods of analysis, especially the North. There is also that new financing instruments of agribusiness, particularly the rural ballot product (CPR), have increasingly gained importance as a financing alternative for farmers, although there is no complete information on their use in livestock.

Key-words: Rural credit; Livestock; Regional distribution.

JEL: Q14; Q18

1 INTRODUÇÃO

Na economia brasileira atual, o setor do agronegócio tem sido muito importante na geração de renda e de saldos positivos na balança comercial. Seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou, em valores constantes de 2009, R\$ 735,3 bilhões (Centro de Estudos Avançadas em Economia Aplicada – CEPEA, 2010).

A pecuária e os setores a montante e a jusante são responsáveis por aproximadamente um terço do valor da produção do agronegócio brasileiro, e essa cadeia mostra-se estratégica para os anseios de crescimento da economia. Segundo dados do CEPEA, o valor bruto da produção (VBP) da pecuária em 2009 foi de R\$ 85,8 bilhões. Já o agronegócio da pecuária, neste mesmo ano, teve VBP de R\$ 221,9 bilhões.

A quantidade efetiva de bovinos existentes em território brasileiro em 2008 era de aproximadamente 203 milhões de cabeças – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - considerando de forma conjunta a pecuária de corte e a de leite e em 2010 foi de 176,6 milhões.

Historicamente, a agropecuária tem exercido importante papel na economia brasileira, seja na geração de renda e emprego, ou na geração de saldo comercial. No entanto, os desempenhos das atividades que compõem a agropecuária, em especial a agricultura e a pecuária, não têm sido homogêneos e nem os segmentos da agropecuária têm recebido equitativamente os benefícios das políticas agrícolas, como, por exemplo, os benefícios do crédito rural.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2009), para a safra 2009/2010 os volumes disponíveis para o crédito rural serão 37% maiores que os da

safras anteriores. Para a agricultura comercial, a oferta de recursos será de R\$ 92,5 bilhões (42,3% maior que na safra passada) e de R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar.

Diante da importância da pecuária para a economia brasileira e da necessidade de se compreender melhor o papel da política agrícola em sua evolução, o objetivo deste trabalho é o de analisar a evolução do financiamento rural para a pecuária verificando a evolução tanto dos instrumentos considerados tradicionais como dos chamados novos instrumentos de financiamento do agronegócio com o crescimento regional dessa atividade no Brasil. Em específico, analisa-se a composição do crédito rural pecuário no Brasil, de 1969 a 2008, e o compara com a distribuição regional do rebanho, verificando se há relação direta entre elas e observando as tendências de suas distribuições por regiões.

A metodologia utilizada no artigo é a análise interpretativa de dados secundários coletados junto ao Anuário do Crédito Rural de 1969 a 1985, que passou a se chamar de Anuário Estatístico do Crédito Rural a partir de 1986. Os dados do rebanho bovino foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e no Anuário da Pecuária Brasileira - ANUALPEC. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) foi usado como deflator dos valores nominais do crédito rural, de modo a obter os valores constantes de 2008. As taxas de crescimento foram calculadas a partir do Modelo *Semilogarítimo: log-lin e lin-log*, descrito por Gujarati (2006, os. 145-147). As relações entre as séries de crédito e tamanho do rebanho foram avaliadas por meio de coeficientes de correlação.

Além desta introdução, este artigo apresenta a seguir uma revisão da bibliografia sobre o sistema de financiamento rural no Brasil. A análise da evolução do crédito e sua relação com a do rebanho bovino, por regiões do Brasil, surgem na penúltima parte e, por fim, as conclusões na última seção, seguidas das referências bibliográficas.

2 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO RURAL

A gênese do crédito rural no Brasil, segundo Guedes Filho, 1999² apud Spolador e Melo (2003), foi em 1931, quando o governo federal, através do Banco do Brasil, passou a financiar as compras de café. Com a crise econômica da década de 1930, outros setores passaram a pressionar o governo para apoio creditício. No entanto, foi somente a partir de

² GUEDES FILHO, E.M. Financiamento na agricultura brasileira. / Apresentado no Workshop Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e de Gerenciamento de Risco, Piracicaba, 1999.

1965, por meio da Lei nº 4.289, que foi estabelecida no Brasil a política de crédito rural, gerida então pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Os principais objetivos do SNCR eram: 1) financiar parte dos custos de produção da agropecuária; 2) fomentar a formação de capital; 3) acelerar a adoção de novas tecnologias; e 4) fortalecer os pequenos e médios produtores.

A política de crédito rural teve um histórico de altos volumes de recursos disponibilizados e, além disso, a taxas de juros subsidiadas durante a década de 1970 e início da década de 1980. Este cenário é tratado em detalhes por Araújo (1983) e Sayad (1984) e, segundo estes autores, enquanto a taxa de juros do crédito rural oscilava entre 15% e 17% ao ano, o próprio governo tomava emprestado dinheiro a taxas de juros médias anuais de 50%.

Araújo (1983) relata que entre 1969 e 1979 a taxa anual de crescimento do crédito de custeio foi de 18% a.a., o crédito de investimento cresceu a 16% a.a. e o crédito de comercialização cresceu a 17% a.a., o que gerou um crescimento acumulado de 403% no período. Do total do crédito agrícola, cerca de três quartos estavam concentrados em sete culturas: café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho, trigo e soja.

Gasques et al. (2000) mostram que, em média, o volume de crédito rural concedido no final dos anos 90 representava menos que 30% dos recursos concedidos no auge do sistema de crédito rural durante os anos de 1970. Este resultado mostra o esgotamento do sistema tradicional de financiamento baseado nos recursos do Tesouro Nacional. Observou-se, também, a grande dificuldade do governo federal controlar seus gastos e sua incapacidade em arquitetar um modelo alternativo de crédito rural.

Sayad (1984) estima que 69,6% de todo o volume de crédito rural viabilizado para a Região Sul no biênio 1969-70 foi concedido a propriedades rurais com tamanho superior a 200 ha. Como os juros são apenas um dos componentes de um contrato de crédito, a maioria dos recursos era disponibilizada aos demandantes que ofereciam um menor risco, ou seja, garantias maiores.

Outra característica do crédito rural era sua fungibilidade, ou seja, os altos subsídios atuavam como um incentivo aos demandantes a aplicarem a maior parte do excedente da agropecuária em outras atividades mais rentáveis. Schuh (1975), ao tratar a questão da modernização na agropecuária, afirma que a política de crédito subsidiado, aliada às elevadas taxas de inflação, foi uma das causas do lento processo de modernização da agropecuária. O cenário de incerteza e a falta de garantias de preços pouco estimularam os produtores a reinvestirem o excedente na própria atividade ou em outras afins.

Barros e Araújo (1991) discutiram o papel do crédito rural no processo inflacionário brasileiro. Com o aumento da inflação no final da década de 1970, as taxas altamente subsidiadas geraram um elevado custo social, que foi agravado pela crise de crédito da década seguinte. Os autores destacam duas importantes alterações após 1980: a diminuição dos recursos alocados e a redução dos subsídios implícitos nas taxas de juros. Com a menor participação do governo como agente financiador, tornou-se necessário a busca de outras fontes de financiamentos, entre as quais ganhou destaque o uso de recursos próprios.

Estes autores ainda trataram de um marco na política de crédito rural brasileira: o fim da conta movimento do Banco do Brasil em 1986 e a criação da poupança rural. O fornecimento de crédito rural via dívida pública chegou a um ponto insustentável. O crédito rural passou a ser uma questão de política fiscal, no qual o agente financiador responsável passou a ser o Tesouro Nacional.

Quanto à pecuária, predominou o crédito de custeio, especialmente para a bovinocultura, que nos anos de 1969, 1975 e 1979 demandou 36,8%, 69,4% e 33,4%, respectivamente, do total de crédito de custeio à pecuária. Neste período, do total destinado à agropecuária 26,8% a 31,2% foram especificamente à pecuária (ARAÚJO, 1983). Este mesmo autor trata das diferenças regionais existentes na distribuição do crédito rural. Destaca que as propriedades maiores, mais modernas e detentoras de maiores garantias, tinham um acesso maior ao crédito rural.

Segundo Macedo (2009), a pecuária de corte bovina no Brasil sempre se caracterizou pela dificuldade em utilizar recursos próprios para inversões no próprio setor. A dependência de recursos provenientes do governo federal sempre foi uma característica dessa atividade. Ao mesmo tempo, as normas de concessão de crédito rural oficial priorizaram as atividades agrícolas e a pecuária leiteira em detrimento à de corte bovina.

2.1 Os novos instrumentos de financiamento agropecuário

Diversos estudos sobre financiamento agropecuário, dentre eles Gasques et al. (2000), Bacha e Silva (2005), Spolador e Melo (2003) e Souza e Bacha (2009) apontam para a escassez de recursos públicos que, por sua vez, colaboraram para o esgotamento do modelo tradicional de financiamento agropecuário. Diante deste cenário, passou-se a estudos para a criação de novos instrumentos de financiamento.

Spolador e Melo (2003) tratam da exaustão do sistema de financiamento da atividade rural apenas com base no crédito rural subsidiado no Brasil. Os autores relatam o crescente uso de recursos privados destinados a suprir a ausência dos públicos; no entanto, salientam que há vários obstáculos a serem transpostos. Dentre os principais, estão os elevados custos das operações, inexistência de uma legislação específica e adequada, insegurança quanto ao cumprimento de contratos.

Para Spolador e Melo (2003), não há dúvidas que para haver uma maior participação do setor privado, como agente financiador da atividade agropecuária, é essencial que o governo fomente e execute uma ampla reforma do sistema financeiro. Sugerem, ainda, que esta reforma privilegie a criação de instrumentos de minimização de risco.

Há uma ampla discussão na literatura sobre o mercado de crédito. Em particular, sobre a existência de assimetria de informações e suas consequências para os tomadores e os emprestadores de recursos. Além desse obstáculo, há ainda a falta de uma estrutura legal, e estes elementos acabam por elevar os custos das operações. Eliminar ou tentar minimizar estas falhas é o papel de um governo que busque elaborar um novo modelo de financiamento da atividade agropecuária (SPOLADOR; MELO, 2003).

Bacha e Silva (2005) apontaram um novo cenário para o crédito rural agropecuário brasileiro nos anos 1990, com a diminuição da importância do Tesouro Nacional como agente financiador, maior importância dos instrumentos privados e o aumento da taxa de juros real. O objetivo do artigo destes autores foi o de avaliar os novos instrumentos de financiamento disponíveis e seus respectivos desempenhos. Os principais instrumentos são: CPR (Cédula de Produto Rural), CDA (Certificado de Depósito Agropecuário), WA (*Warrant* Agropecuário), CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio)³. Dentre os principais objetivos da criação desses novos instrumentos estavam: aumentar a participação do setor privado na concessão do crédito rural, elevar a disponibilidade de capital, gerar maior quantidade de capital de giro no sistema e aliviar os cofres públicos da oferta de crédito rural.

A partir de 1998, há registros no Anuário Estatístico do Crédito Rural sobre os valores referentes a outra fonte de financiamento utilizadas pela pecuária, referente a antecipação de recursos via descontos: NPR (Nota Promissória Rural) e DR (Duplicata Rural). Trata-se de uma linha de crédito que permite ao produtor rural ou à cooperativa antecipar o valor da venda a prazo dos produtos rurais, que comercializam.

³ Vide o detalhamento de cada um desses instrumentos no ANEXO A.

Macedo (2006) faz uma descrição destes instrumentos, destacando a finalidade, beneficiários, prazos, garantias e encargos financeiros. Segundo o citado autor, a NPR é emitida pelo comprador (agroindústria) e a DR pelo vendedor (pecuarista). A finalidade de ambos é a possibilidade de vender a produção a prazo e receber a vista (via desconto bancário). Os prazos de vencimento desses documentos variam e podem chegar a 360 dias, sendo que são transacionados à taxa de juros de mercado.

Uma questão que torna difícil a mensuração das reais transações com CPR, CDCA e CRA, é que não existe o registro de todas as transações feitas com esses títulos. No caso da CPR, muitas são registradas em cartório ou em balcões como, por exemplo, o da Central de Custódia e Liquidação – CETIP, atualmente autodenominada Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No entanto, grande parte delas são as chamadas CPRs de “gaveta”, que não possuem qualquer registro oficial (BACHA; SILVA, 2005).

Sant’Anna e Ferreira (2006) ressaltam a relevância que os novos instrumentos de crédito rural estão ganhando em economias em desenvolvimento, como a brasileira. Mecanismos parafiscais, bancos públicos e os recursos da aplicação compulsória dos bancos comerciais respondem pela quase totalidade do financiamento da atividade corrente e de investimento do setor. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, segundo os autores, tem aumentado sua participação nos empréstimos destinados à aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários, passando de 17% em 1995 para 58% em 2004.

Souza e Bacha (2009) analisaram e compararam as vantagens e desvantagens dos novos instrumentos de financiamento do agronegócio e constataram que a CPR foi o mais utilizado dos instrumentos em 2007, seguida do CDA/WA, do CDCA e da LCA. O trabalho desses autores mostrou uma elevada informalidade no uso da CPR e uma alta concentração no Banco do Brasil nas negociações desse título.

2.2 Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil

Historicamente, a agropecuária tem exercido importante papel na economia brasileira, seja na geração de renda e emprego, seja na geração de saldo comercial. No entanto, o desempenho das atividades que compõem a agricultura e a pecuária, têm sido não homogêneos. Além disso, os segmentos da agropecuária não têm recebido equitativamente os benefícios das políticas agrícolas, como, por exemplo, os do crédito rural.

Segundo o MAPA (2009), para a safra 2009/2010, os volumes disponíveis para o crédito rural foram 37% maiores que os da safra anterior. Para a agricultura comercial, a oferta de recursos foi de R\$ 92,5 bilhões (42,3% maior que na safra passada) e de R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar.

Diante da importância da pecuária para a economia brasileira e da necessidade de se compreender melhor o papel da política agrícola no seu desempenho, é fundamental analisar a evolução do financiamento rural para essa atividade, focando tanto nos instrumentos considerados tradicionais como nos chamados novos instrumentos de financiamento do agronegócio. Em específico, analisa-se a composição do crédito rural pecuário no Brasil, de 1969 a 2008, e o comparando-as com a distribuição regional do rebanho.

3 METODOLOGIA

A metodologia aqui utilizada é a análise interpretativa de dados secundários coletados junto ao Anuário do Crédito Rural de 1969 a 1985, que passou a ser chamado de Anuário Estatístico do Crédito Rural a partir de 1986. Os dados do rebanho bovino foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e no Anuário da Pecuária Brasileira - ANUALPEC. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) foi usado como deflator dos valores nominais do crédito rural, de modo a obter os valores constantes de 2010. As taxas de crescimento foram calculadas a partir do Modelo *Semilogarítimo*, descrito por Gujarati (2006, p. 145-147). As relações entre as séries de crédito e tamanho do rebanho foram avaliadas por meio de coeficientes de correlação.

4 RESULTADOS

4.1 Dinâmica do crédito rural destinado à pecuária e do rebanho bovino

A Figura 4 traz a evolução dos recursos do crédito rural para a pecuária de 1969 a 2010.

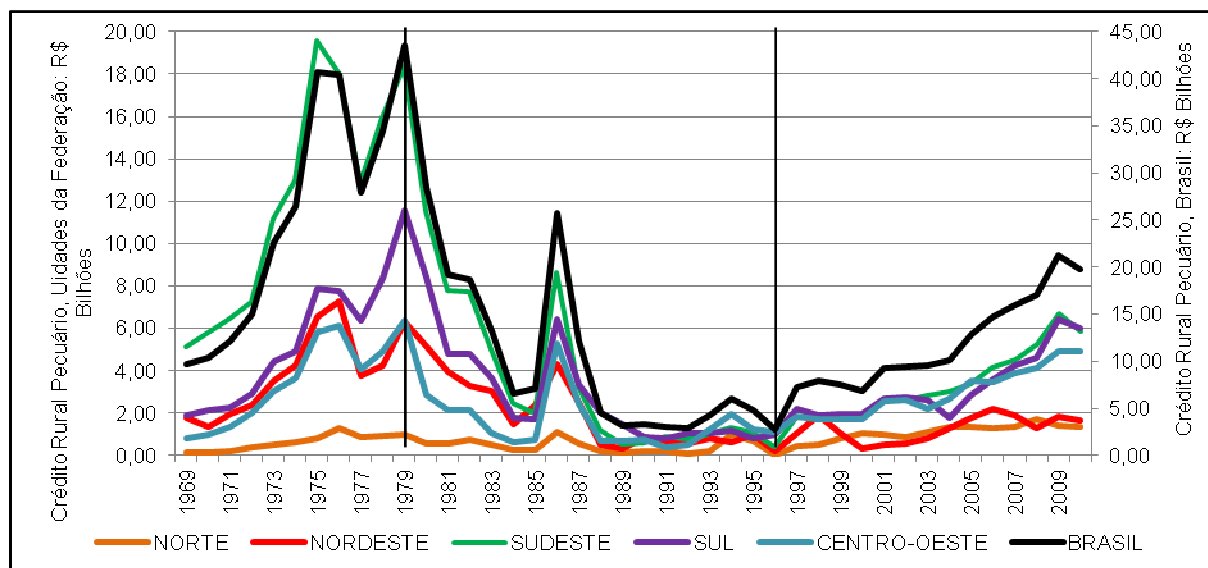


Figura 4 - Crédito rural destinado à atividade pecuária, 1969 a 2010 (valores constantes de 2010)

Fonte: Crédito Rural, Dados Estatísticos (1969–1985); Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010).

É possível notar três fases distintas do crédito rural pecuário: 1) o período de crescimento de 1969 a 1979; 2) o forte declínio seguido de estagnação de 1980 a 1996; e 3) a retomada de crescimento de 1996 a 2010. O período áureo de concessão do crédito rural no Brasil foi durante a década de 1970, na qual parecia que as fontes de recursos eram inesgotáveis. Conforme apontado por Araujo (1983) e Sayad (1984), nesse período as taxas de juros eram extremamente baixas, chegando a ser, em termos reais, negativas. Barros e Araujo (1991) afirmaram que estas taxas baixas e subsidiadas de juros contribuíram intimamente para o processo inflacionário dos anos 1970 e 1980.

O segundo período, o mais longo e caracterizado pelo declínio seguido de estagnação do crédito rural para a pecuária, foi justamente aquele no qual ocorreu o fim da Conta Movimento do Banco do Brasil junto ao Banco Central em 1986. Mesmo com a elevação dos valores disponibilizados para o crédito rural neste ano, houve o esgotamento do sistema de financiamento da atividade rural até então vigente. Isto levou a intensificar, na década de noventa, a discussão acerca da estruturação de um novo modelo de financiamento da agropecuária.

A partir de 1997 teve início a retomada dos recursos disponibilizados ao crédito rural pecuário. As regiões que receberam as maiores somas de recursos foram a Centro-Oeste, seguidas pela Sul e Sudeste. O exame da Figura 5 permite uma melhor visualização da

participação de cada região geográfica no total disponibilizado para o financiamento da atividade pecuária.

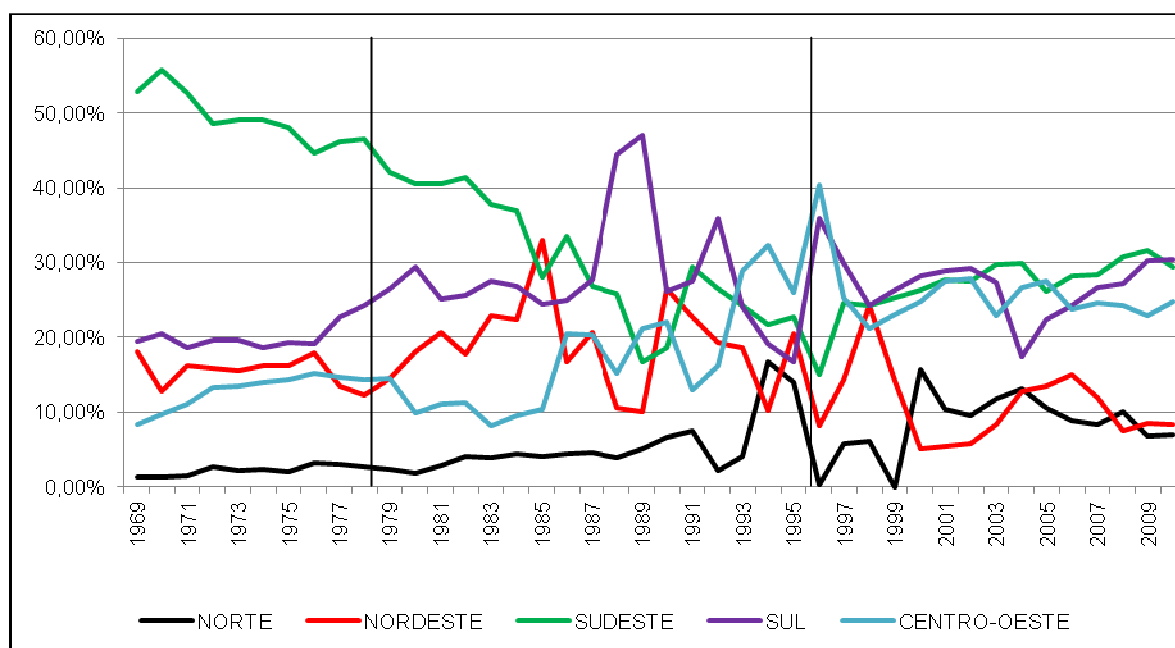


Figura 5 - Participação relativa de cada região geográfica no total de recursos do crédito rural pecuário, 1969-2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Crédito Rural, Dados Estatísticos (1969–1985); Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010).

Considerando a divisão proposta na Figura 4, observa-se que no primeiro período (áureo na concessão do crédito rural no Brasil), a região Sudeste foi a que deteve as maiores somas de crédito rural pecuário. A média chegou a mais de 48% do volume total de recursos, atingindo seu ápice em 1970 com 55,73% de participação. No outro extremo, a região Norte teve média histórica no primeiro período de apenas 2,21% do total de crédito concedido à pecuária. O Centro-Oeste, no entanto, diferentemente das demais regiões, elevou sua participação relativa no volume total de recursos, passando de 8,43% em 1969 para 14,56% em 1979, com média histórica de 13% do crédito rural pecuário.

De 1980 a 1996 (segundo período), a região Sudeste perdeu representatividade nos volumes de crédito rural pecuário recebidos, atingindo uma média de apenas 28,61%, quase 20 pontos percentuais menor que no período anterior. De outro lado, a região Sul ganhou espaço chegando a 46,95% em 1989, com média de 28,71% no período, desbancando o Sudeste. A região Centro-Oeste manteve a mesma característica da década de 1970, mas com ganho expressivo de participação após meados dos anos de 1990. Por fim, a Região Norte

continuou elevando sua participação no financiamento da atividade pecuária, em especial após a década de 1990.

Quanto ao Nordeste, nos dois primeiros períodos, sua participação relativa manteve-se praticamente a mesma, oscilando perto de 15%. Mas de 1997 a 2008 (terceiro período), essa participação teve redução, passando a pouco mais que 11%.

No terceiro período, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste detiveram juntas quase 80% do crédito rural pecuário, sendo respectivamente a participação de cada uma delas de 27,60%, 25,97% e 25,12%. A região Norte elevou sua participação para cerca de 10%, contra apenas 5,32% do período anterior e dos 2,21% do primeiro período.

A Tabela 3 apresenta as taxas anuais de crescimento do crédito rural concedido à pecuária em cada uma das regiões do Brasil para os períodos considerados na Figura 4.

Tabela 3 - Taxa anual de crescimento (%) do crédito rural à pecuária, por regiões geográficas e Brasil (1969 – 2010)

Região socioeconômica	Décadas			Período Total
	1969-1979	1980-1996	1997-2010	1969-2010
Norte	24,02	-11,70	8,76	2,73
Nordeste	13,50	-15,73	6,87	-3,58
Sudeste	12,58	-17,48	11,10	-3,74
Sul	18,09	-13,48	9,40	-1,27
Centro-Oeste	20,94	-5,90	9,39	0,65
Brasil	15,11	-13,16	9,23	-1,94

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1969–1985) e do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010).

No primeiro período (1969 - 1979), no qual os recursos eram fartos, o volume de dinheiro destinado ao crédito rural foi crescente em todas as regiões, cujo ápice se deu em 1979, atingindo o total de, em valores constantes de 2010, R\$ 43,5 bilhões. O destaque vai para a região Norte que obteve um crescimento de 24,02% a.a., seguido pelo Centro-Oeste (20,94% a.a.). O Nordeste e o Sudeste tiveram crescimento abaixo do total nacional, e o Sul um pouco acima.

No segundo período, que vai de 1980 a 1996, o cenário foi bem distinto. Como já mencionado, foi uma época onde os recursos diminuíram devido à falência do próprio sistema tradicional de concessão do crédito rural, das dificuldades do governo em gerir esses recursos

e do fim da Conta Movimento do Banco do Brasil junto ao Banco Central, em 1986. Sem exceção, todas as regiões apresentaram taxas de crescimento negativas, com destaque para o Sul, que historicamente sempre havia sido o maior usuário dos recursos, com taxa de crescimento de -13,48% a.a.. A média anual dos recursos que eram de R\$ 10,3 bilhões no período áureo, se reduziu à R\$ 2,2 bilhões entre 1980 e 1996. As demais regiões também tiveram significativas reduções nas inversões de recursos, conforme mostram os dados da coluna três da Tabela 3. A região Centro-Oeste foi a que menos sofreu, com uma taxa de crescimento anual de -5,90 %.

O período caracterizado por uma retomada no crescimento dos recursos para o financiamento da atividade pecuária, que vai de 1997 a 2010, está na coluna 4 da Tabela 3. A região Sudeste se destaca com uma taxa anual de crescimento de 11,10% e é seguida pela Sul, com 9,40% a.a.. As taxas de crescimento anual do volume de crédito rural das demais regiões e para todo o Brasil ficaram na casa de um dígito, mas nenhuma foi negativa. No entanto, mesmo com este desempenho positivo, o mesmo ficou abaixo do crescimento da concessão de crédito rural da década de 1970.

Por fim, a taxa de crescimento anual da concessão de crédito rural do período completo (1969 a 2010) está na última coluna da Tabela 3 e não há um padrão em relação aos sinais. Puxados pelo crescimento acima de 20% ao ano durante o período áureo, as regiões Norte e Centro-Oeste obtiveram uma taxa anual positiva de 2,73% e 0,65%, respectivamente, no período completo aqui analisado. As demais regiões apresentaram taxas anuais negativas e a nacional ficou em -1,94%, de 1969 a 2010.

A Figura 6 mostra a evolução do total de crédito rural à pecuária e a evolução do rebanho bovino brasileiro. O objetivo é tentar visualizar se há relação entre o crescimento do rebanho e das inversões de financiamento, identificando assim se o crédito pode ter contribuído para o crescimento do número de cabeças.

O comportamento da série do crédito rural já foi explicada em detalhes na Figura 4. Já a evolução do rebanho apresenta uma dinâmica bem diferente relativamente ao crédito, com uma tendência de crescimento desde o princípio. Cabe agora tentar verificar se o rebanho bovino, subdividido por regiões geográficas, apresenta alguma peculiaridade quanto ao comportamento do nacional e compará-lo com a evolução regional do crédito rural.

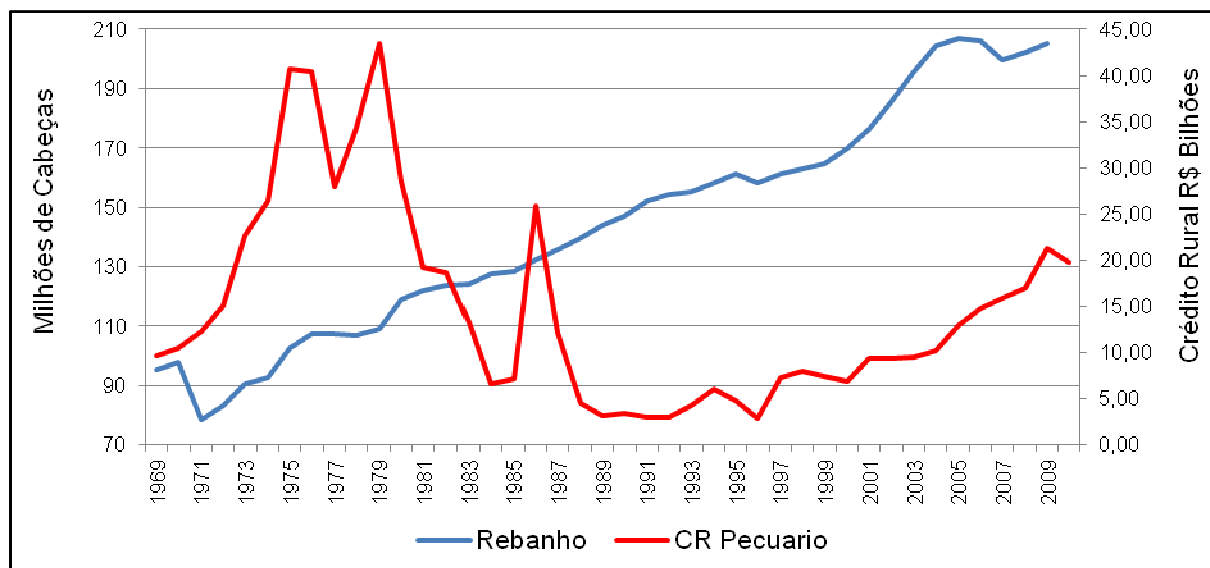


Figura 6 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário, 1969 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986–2010) e do ANUALPEC (vários anos).

As Figuras de 7 a 11 trazem a comparação entre o crescimento do crédito rural e o crescimento do rebanho, subdivididos em regiões geográficas. É possível verificar, na Figura 7, que há uma grande associação entre o comportamento do número de cabeças e do valor demandado de crédito rural pela pecuária da região Norte, após 1990, em especial após 1997, com um coeficiente de correlação de 0,90. Os volumes disponibilizados de crédito rural para a região tiveram um grande salto e o mesmo ocorreu com o rebanho.

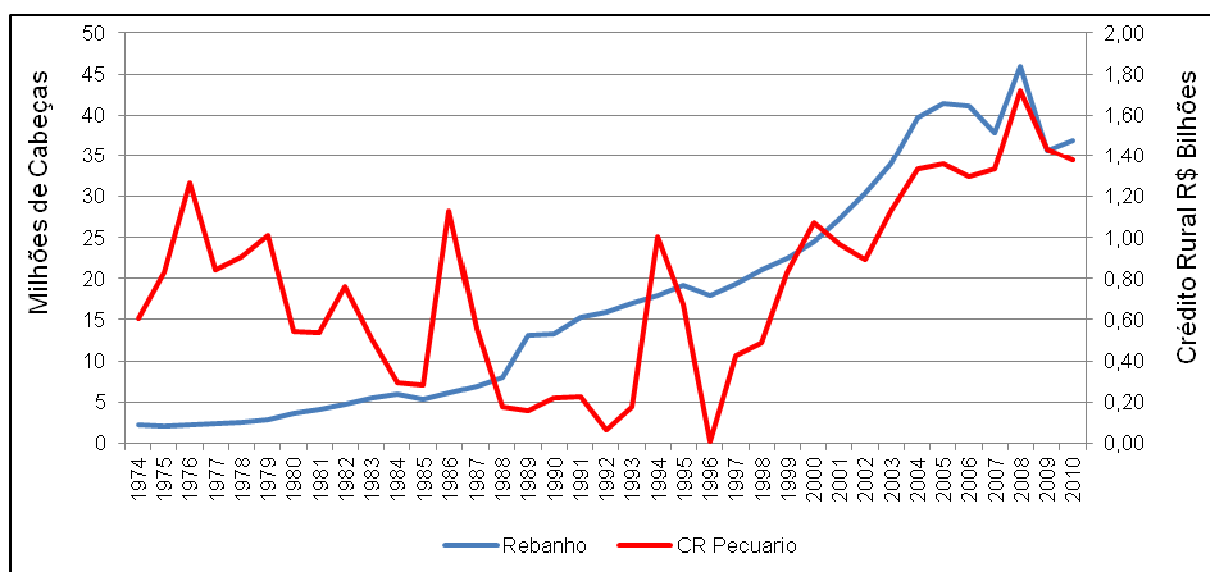


Figura 7 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário na região Norte, 1974 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986–2010) e do ANUALPEC (vários anos).

Na Figura 8 têm-se as séries de crédito rural pecuário e rebanho bovino da região Nordeste. Diferentemente da relação apresentada na figura anterior, aqui não é possível identificar uma associação positiva tão definida entre o crédito e o crescimento do rebanho. A partir de 1980, o rebanho cresce, enquanto o crédito tem uma queda acentuada até o final da década de 1990. No entanto, a partir de 2000, há crescimento tanto do crédito quanto do rebanho.

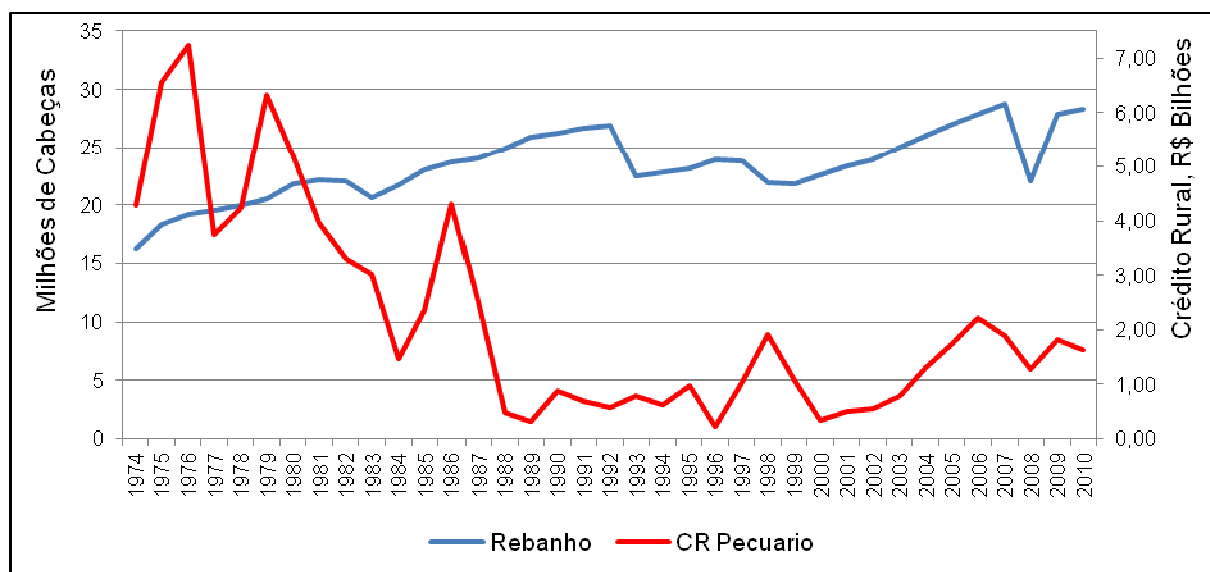


Figura 8 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário na região Nordeste, 1974 a 2010, (valores constantes de 2010, bilhões de reais)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010) e do ANUALPEC (vários anos).

As Figuras 9 e 10 mostram o comportamento das séries do rebanho bovino e do crédito rural pecuário das regiões Sudeste e Sul, respectivamente. Nos dois casos nota-se um comportamento bem distinto entre as séries, sendo que a primeira praticamente não se alterou no período. Já a série do crédito decresceu rapidamente e de forma persistente até 1985, com posterior pico em 1986, seguido de decréscimo, estagnação e leve crescimento com a chegada da década de noventa. Assim como no caso do Nordeste, não é possível concluir que há relação direta entre as séries, mostrando que o crédito rural destinado à pecuária parece ter influenciado pouco o crescimento do rebanho das regiões Sudeste e Sul.

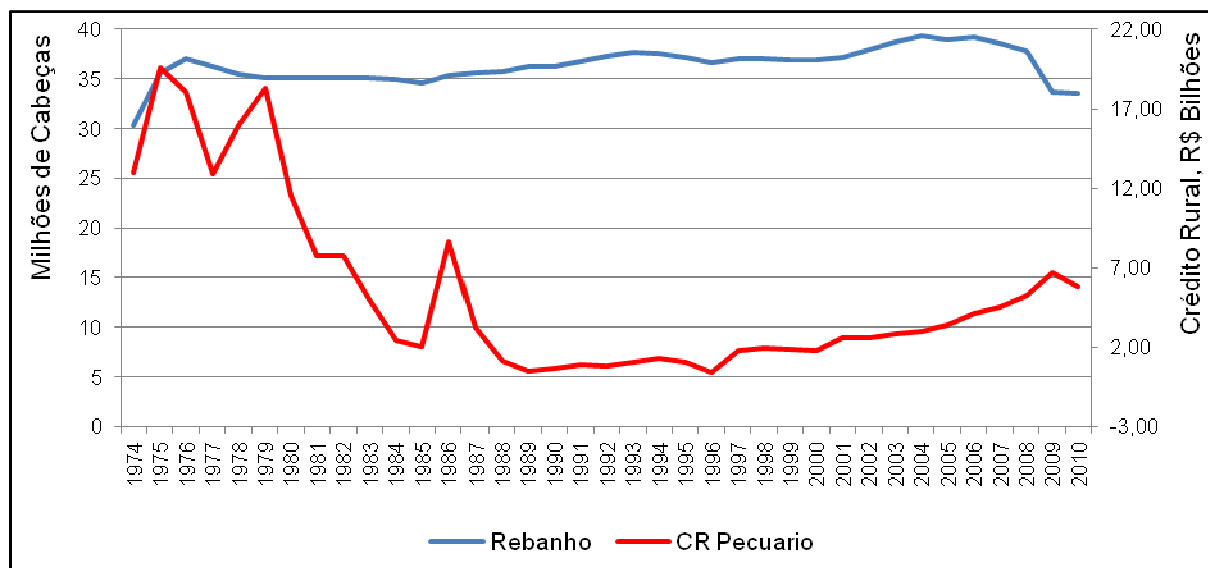


Figura 9 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário na região Sudeste, 1974 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010) e do ANUALPEC (vários anos).

Na Figura 11 constata-se que o rebanho da região Centro-Oeste se comporta de forma ascendente por todo o período. Quanto ao crédito, há forte declínio nos valores concedidos até o fim da conta corrente do Banco do Brasil em 1986. Posteriormente, há uma significativa tendência de crescimento, particularmente após 1988. A correlação, entre as séries nesta fase de retomada do crescimento foi de 0,94.

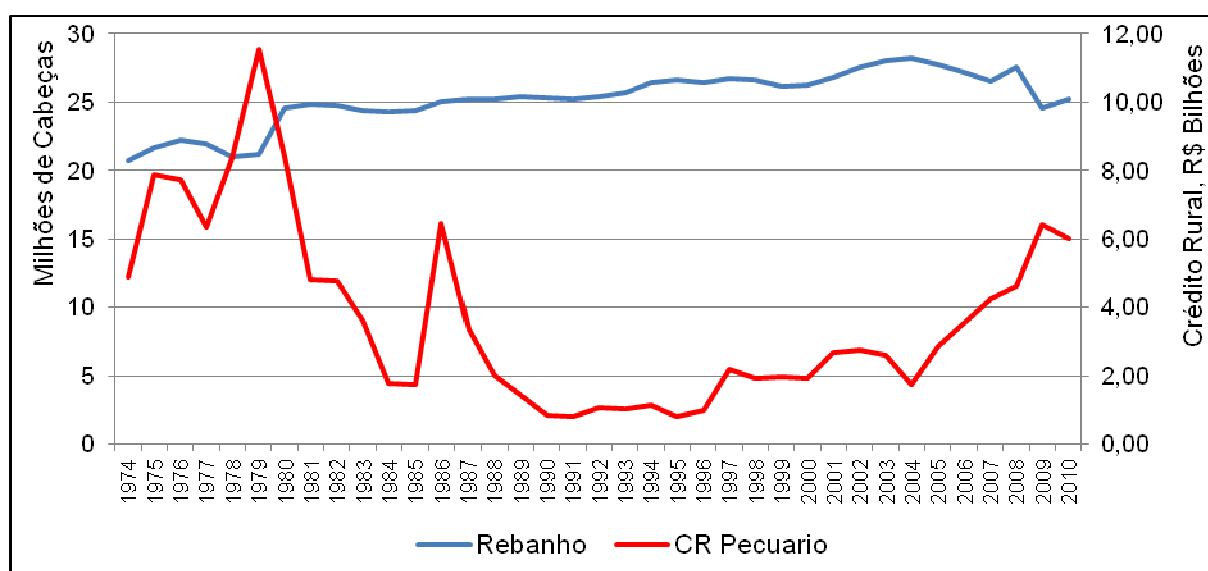


Figura 10 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário na região Sul, 1974 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010) e do ANUALPEC (vários anos).

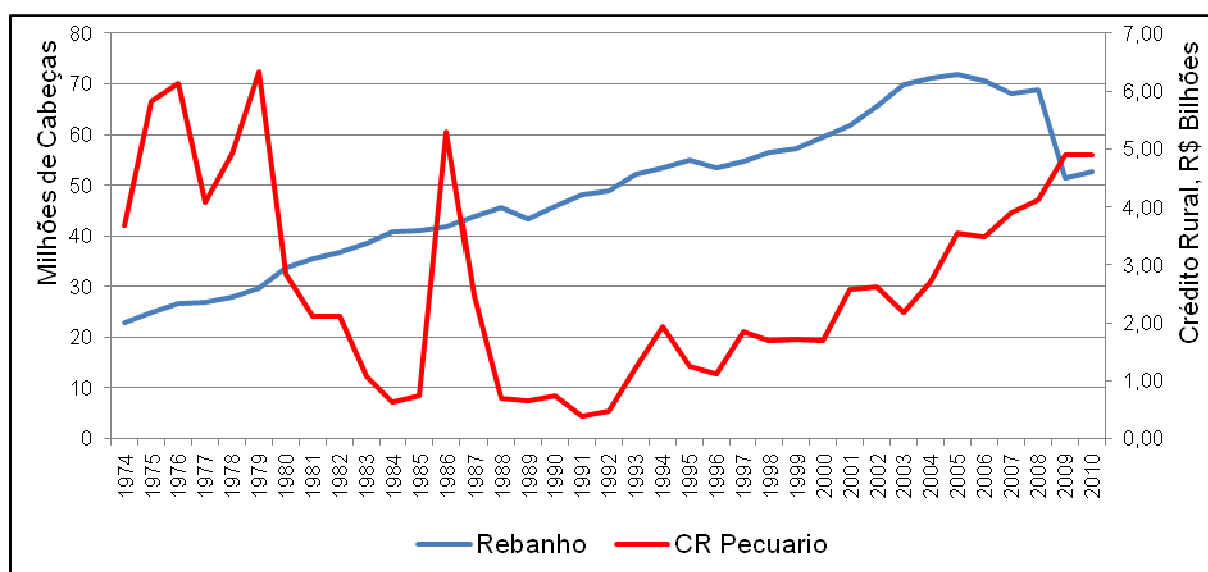


Figura 11 - Dinâmica do rebanho bovino e do crédito rural pecuário na região Centro-Oeste, 1974 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Crédito Rural, Dados Estatísticos (1974–1985), do Anuário Estatístico do Crédito Rural (1986-2010) e do ANUALPEC (vários anos).

O exame do comportamento do rebanho bovino e dos valores disponibilizados para o financiamento da atividade pecuária desde 1974, descritos nas Figuras de 7 a 11, permite as seguintes conclusões: 1) as regiões com maior dinâmica do rebanho, em particular as Norte e Centro-Oeste, foram as que apresentaram também elevação na disponibilidade de recursos para o financiamento, em especial após os anos de 1990; 2) regiões que detiveram historicamente os maiores volumes de crédito (Sudeste e Sul), não apresentaram correlação entre as variáveis na maior parte do período; e 3) no período em que os recursos quase se extinguíram e estagnaram, entre 1986 a 1995, o número de cabeças não se reduziu em nenhuma das regiões e até mesmo cresceu na região Norte e na região Centro-Oeste. Assim, embora o crédito rural possa ter tido influência no crescimento da pecuária em períodos específicos, certamente existem outros determinantes que devem ser analisados.

4.2 Participação dos novos instrumentos de financiamento à pecuária

Os ditos novos instrumentos de financiamento do agronegócio, frutos dos esforços em propor alternativas ao modelo tradicional e esgotado de crédito rural, tiveram início com a CPR, que pode ser física ou financeira. O funcionamento deste instrumento se dá da seguinte

forma: podem ser emitidas antes, durante ou depois da colheita e o produtor as negocia com cooperativas, bancos, agroindústrias e com os demais investidores. O título é renegociável até seu vencimento e sua liquidação pode ser através da entrega do produto agropecuário (caso da CPR-física) ou pela quantidade expressa do título vezes o preço físico ou índice de preço (caso da CPR-financeira) (SOUZA; BACHA, 2009).

As informações existentes sobre as emissões de CPRs são do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central e os registrados no balcão da CETIP. A Figura 12 traz a evolução da CPR de bovinos de corte, observando-se uma clara inversão da tendência das duas séries de dados. Os valores registrados pelo Banco Central referentes aos agentes integrantes do Sistema Financeiro Nacional claramente têm uma tendência de queda e a partir de 2007 quase se extingue. No período, a taxa anual de crescimento foi negativa, chegando a -32,56%⁴. Já a série referente as CPRs de bovinos registradas no balcão da CETIP teve um comportamento ascendente muito forte, com uma taxa anual de crescimento de 95,73% entre 2004 e 2009. Isso mostra que os produtores e demais demandantes de financiamentos pecuários, ao invés de demandar recursos junto aos bancos, têm ido a outras fontes. Dentre estas fontes é possível citar empresas como frigoríficos ou fornecedores de insumos.

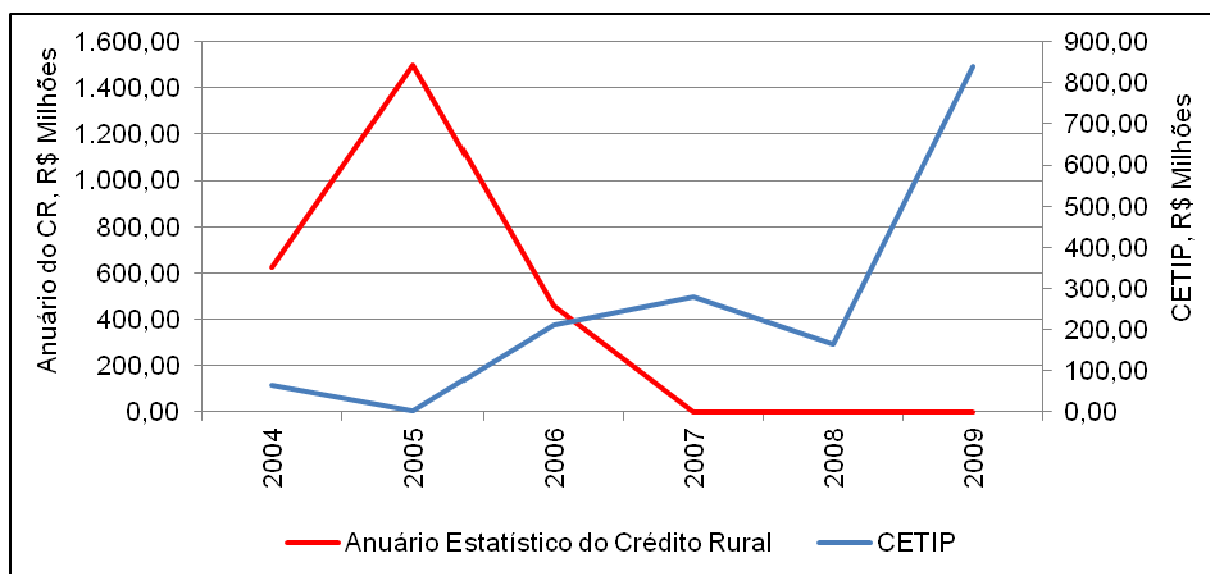


Figura 12 - CPR de bovinos de corte registradas no Banco Central e no balcão da CETIP, 2004 a 2009, (valores constantes de 2009)

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural e CETIP.

⁴ A taxa de crescimento foi calculada para o período de 2004 a 2008, pois, no último ano da série o valor dos registros no Anuário foi igual a zero.

A Figura 13 traz a evolução das NPRs e DRs referentes à pecuária de corte a partir de 1998. Nota-se um significativo crescimento, em especial entre os anos de 2002 e 2009, com uma taxa anual de crescimento de 19,93%. Quanto ao número de contratos, a partir de 2003 houve uma redução, mas que não afetou a evolução dos recursos. No último ano da análise há uma significativa redução, tanto do número de contratos quanto do valor total dos recursos. A taxa de crescimento anual dos recursos em todo o período foi de 8,64%.

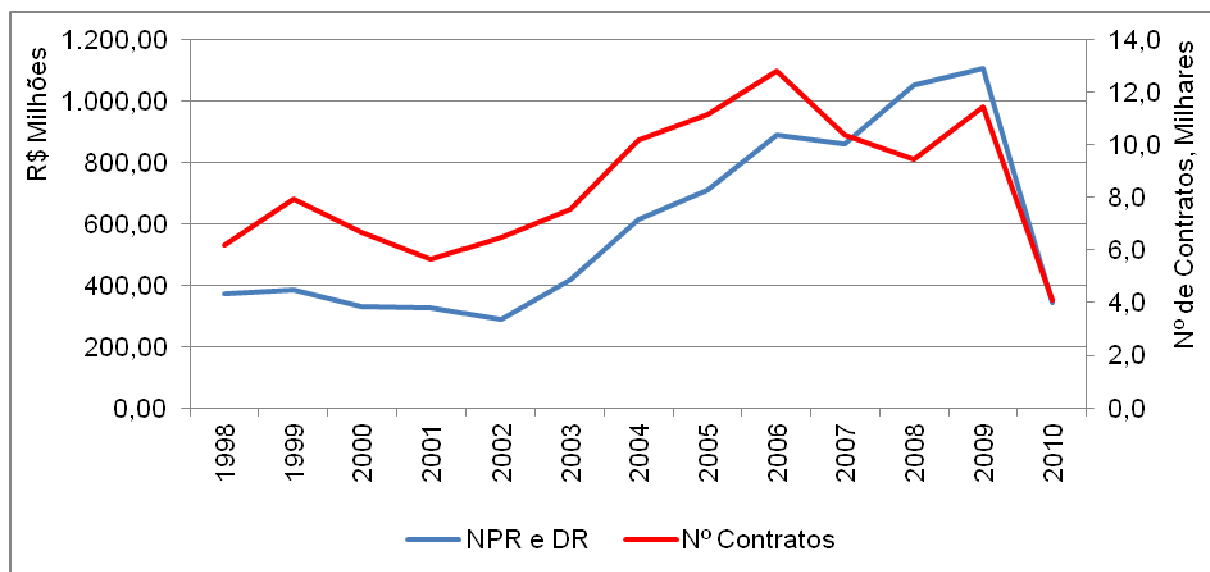


Figura 13 - NPR e DR de bovinos de corte, 1998 a 2010, (valores constantes de 2010)

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (1998-2010).

Os demais instrumentos de financiamento do agronegócio - como a CDCA, CDA, WA, LCA e CRA - possuem uma característica diferente da CPR. Aqueles títulos podem ser emitidos por empresas não ligadas diretamente à pecuária ou por empresas integrantes do Sistema Agroindustrial da Pecuária de Corte que emitam títulos baseados em produtores que não sejam pecuaristas. Por exemplo, um determinado frigorífico pode emitir uma CDCA baseada em CPR de produtores de soja, bem como CPR emitidas por pecuaristas.

A Tabela 4 mostra que o registro de tais títulos vem crescendo ao longo dos últimos anos, em especial o do LCA que, sozinho, teve participação de cerca de 65% do total do número de títulos registrados.

Todos estes novos instrumentos de financiamento da atividade agrícola, incluindo a CPR, possuem três grandes dificuldades em sua análise: 1) nem todos os títulos negociados são registrados em balcões oficiais, como a CETIP; 2) há mais de um balcão para o registro dos títulos e não há um único banco de dados com as informações unificadas; e, 3) não há,

necessariamente, separação dos volumes utilizados entre as atividades que compõem a agropecuária. Tais entraves dificultam a realização de um estudo mais aprofundado sobre o real efeito destes novos instrumentos no financiamento da agropecuária.

Tabela 4 – Total de títulos registrados, de 2005 a 2009

Ano	CDA-WA		CDCA		LCA		CRA		TOTAL	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
	de	(R\$	de	(R\$	de	(R\$	de	(R\$	de	(R\$
	Registros	Milhões)	Registros	Milhões)	Registros	Milhões)	Registros	Milhões)	Registros	Milhões)
2005	22	-	25	28	148	168	-	-	195	196
2006	1.325	-	262	659	35	23	-	-	1.622	682
2007	1.817	-	670	2.435	684	3.569	-	-	3.171	6.004
2008	2.214	-	932	1.850	7.627	35.533	1	941	10.774	38.324
2009	1.018	-	564	848	7.349	26.014	-	-	8.931	26.862
Totais	6.396	-	2.453	5.820	15.843	65.307	1	941	24.693	72.068

Fonte: BMFBOVESPA e CETIP 2009, elaborado pelo MAPA (2009, p.43).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi importante especialmente por trazer à pauta de discussões a política de financiamento agropecuário, em especial para o setor pecuário, que é carente de pesquisas neste conteúdo. Constatou-se que não há relação direta entre o crescimento do rebanho bovino brasileiro e a evolução dos recursos de crédito rural em todas as regiões do Brasil. Há regiões onde a pecuária acabou se desenvolvendo independentemente dos recursos do financiamento rural.

Na região Norte houve forte correlação entre as séries de volumes de crédito rural pecuário com a série de rebanho bovino após 1997. Na região Nordeste, as taxas de crescimento dos volumes disponibilizados de crédito rural e do rebanho bovino foram muito pequenas, com um comportamento de quase estagnação. Sendo assim, não foi possível afirmar que o crédito rural possa ter auxiliado no crescimento do rebanho bovino nordestino. Na região Sudeste os comportamentos das séries de crédito rural e do rebanho são distintos. A primeira sofreu forte queda e a segunda quase não se alterou no período em análise. Com isso, não foi possível inferir qualquer relação direta entre as séries para a região Sudeste. Na região Sul houve um comportamento dos volumes de crédito rural e do rebanho muito próximos da análise feita para a região Sudeste. Ou seja, o rebanho bovino permaneceu quase estagnado no período, enquanto os volumes de crédito rural se reduziram sensivelmente. Por fim, a região

Centro-Oeste apresenta após 1988, uma forte correlação (0,94) entre o volume de recursos do crédito rural e do número de cabeças de gado.

Outra contribuição do artigo foi mostrar a importância que os novos instrumentos de financiamento vem ganhando dentro da pecuária e da participação de outros balcões de registro, em detrimento ao Banco do Brasil, vem mostrando na questão dos registros das CPRs. Cabe destacar, ainda, o grande crescimento que houve no volume de CPRs registradas na CETIP quando comparadas com aquelas registradas nas demais instituições financeiras. Isto mostra uma nova tendência: a de que os demandantes estão abertos a buscarem recursos em outras instituições, que não apenas as tradicionais como os bancos.

A limitação do trabalho, que também é um incentivo a pesquisas futuras, é a estimação de um modelo econométrico que permita vislumbrar mais detalhadamente as relações econométricas entre a evolução das inversões de crédito rural com o crescimento do rebanho bovino, em especial, para cada região do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DA PECUÁRIA – ANUALPEC, São Paulo: FNP: Consultoria & Comércio, 2010.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – Banco Central do Brasil. Brasília, 1986-2010.

ARAÚJO, P.F.C. O Crédito Rural e Sua Distribuição no Brasil. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 13. p. 232-348, 1983.

BACHA, C.J.C; SILVA, G.S. Instrumentos Privados do Agronegócio. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, n. 9/10, v. 25, 2005.

BARROS, G.S.C.; ARAÚJO, P.F.C. **A Política de Crédito Rural no Brasil: Perspectivas para os Anos 90**. Piracicaba: USP; FEALQ; CEPEA, 1991. 17 p. Relatório de Resultados n. 11.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/> > Acesso em: 17 abr. 2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADAS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. Disponível em : < <http://www.cepea.esalq.usp.br> > Acesso em: 20 ago. 2010.

CETIP S.A - **Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**. Disponível em: < <http://www.cetip.com.br> > Acesso em: 15 dez. 2009.

CRÉDITO RURAL, DADOS ESTATÍSTICOS – Banco Central do Brasil. Brasília, 1969-1985.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; RODRIGUES, R.I. **Financiamento da Agricultura**: experiências e propostas. Brasília: IPEA, 67 p. (Projeto BRA 97/013), 2000.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 819 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 08 jun. 2010.

MACEDO, L.O.B. Modernização da Pecuária de Corte Bovina no Brasil e a Importância do Crédito Rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 7, p. 84-95, 2006.

_____, **Perfil de governança e a coordenação de alianças estratégicas do sistema agroindustrial da carne bovina brasileira**. 2009. Tese (Doutorado) p. 203. - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

SANT’ANNA, A.B.; FERREIRA, F.M.R. Crédito Rural: da Especulação à Produção. **BNDES Visão do Desenvolvimento**. Brasília: Secretaria de Assuntos Econômicos, ano 11, jun. 2006.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**: avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1984. 125 p.

SCHUH, G.E. Modernização da Agricultura Brasileira. In: ARAUJO, P.F.C; SCHUH, G.E. **Desenvolvimento da Agricultura**. São Paulo: Pioneira, 1975. livro 3, p. 281-311.

SOUZA, W.A.; BACHA, C.J.C. A Utilização dos Novos Instrumentos de Crédito Rural em Estratégias de Portfólios para a Diminuição do Custo Financeiro. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Piracicaba: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

SPOLADOR, H.F.S.; MELO, F.H. O Mercado de Crédito e a Experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 41, n. 3, p. 9-28, 2003.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Maria do Amparo Albuquerque Aguiar

Vice-Direção FACE

Mauro Caetano de Souza

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Dnilson Carlos Dias

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Dnilson Carlos Dias

**TEXTO PARA DISCUSSÃO DO
CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação

Sandro Eduardo Monsueto

Colaborador Externo

Luciano Martins Costa Póvoa – UNB

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/eco>

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.